



## **EVIDÊNCIAS CIENTÍFICAS EM MEDICINAS TRADICIONAIS, PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAÚDE: INVESTIMENTO EM PESQUISA E PERSPECTIVAS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE DO BRASIL.**

## **SCIENTIFIC EVIDENCE ON TRADITIONAL MEDICINES, INTEGRATIVE AND COMPLEMENTARY PRACTICES IN HEALTH: RESEARCH FUNDING AND PERSPECTIVES BY THE BRAZILIAN MINISTRY OF HEALTH.**

LUANE MARGARETE ZANCHETTA<sup>1</sup>,  
Coordenação Nacional de Práticas Integrativas  
e Complementares em Saúde, Secretaria de  
Atenção Primária em Saúde, Ministério da  
Saúde, Brasília, DF, Brasil.orcid.org/0000-  
0003-3234-1961

E-mail: [luanemz@hotmail.com](mailto:luanemz@hotmail.com)

MARCELA CAROLINA DE  
ESCUDEIRO<sup>1</sup>, Coordenação Nacional de  
Práticas Integrativas e Complementares em  
Saúde, Secretaria de Atenção Primária em  
Saúde, Ministério da Saúde, Brasília, DF,  
Brasil orcid.org/0000-0002-0871-1267

E-mail: [marcela.escudeiro@saude.gov.br](mailto:marcela.escudeiro@saude.gov.br)

ALESSANDRA GABRIELA SALES  
VIEIRA<sup>1</sup>, Coordenação Nacional de Práticas  
Integrativas e Complementares em Saúde,  
Secretaria de Atenção Primária em Saúde,  
Ministério da Saúde, Brasília, DF, Brasil.  
orcid.org/0000-0003-0533-4192

E-mail: [alessandra.sales@saude.gov.br](mailto:alessandra.sales@saude.gov.br)

CLEBER ALVARENGA DE  
MEDEIROS<sup>1</sup>, Coordenação Nacional de  
Práticas Integrativas e Complementares em  
Saúde, Secretaria de Atenção Primária em  
Saúde, Ministério da Saúde, Brasília, DF,

**EVIDÊNCIAS CIENTÍFICAS EM MEDICINAS TRADICIONAIS, PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAÚDE: INVESTIMENTO EM PESQUISA E PERSPECTIVAS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE DO BRASIL.**

Brasil. [orcid.org/0000-0002-1904-1123](https://orcid.org/0000-0002-1904-1123)

E-mail: [cleber.medeiros@saude.gov.br](mailto:cleber.medeiros@saude.gov.br)

ELIANE DA COSTA ASSIS<sup>1</sup>, Coordenação Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde, Secretaria de Atenção Primária em Saúde, Ministério da Saúde, Brasília, DF, Brasil. [orcid.org/0000-0003-4827-8442](https://orcid.org/0000-0003-4827-8442)

E-mail: [eliane.assis@saude.gov.br](mailto:eliane.assis@saude.gov.br)

GABRIELA SANTOS ALMEIDA<sup>1</sup>, Coordenação Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde, Secretaria de Atenção Primária em Saúde, Ministério da Saúde, Brasília, DF, Brasil. [orcid.org/0000-0002-8492-7254](https://orcid.org/0000-0002-8492-7254)

E-mail: [gabriela.almeida@saude.gov.br](mailto:gabriela.almeida@saude.gov.br)

ISABELLE CAIXETA NUNES<sup>1</sup>, Coordenação Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde, Secretaria de Atenção Primária em Saúde, Ministério da Saúde, Brasília, DF, Brasil. [orcid.org/0000-0002-2771-3604](https://orcid.org/0000-0002-2771-3604)

E-mail: [isabelle.nunes@saude.gov.br](mailto:isabelle.nunes@saude.gov.br)

JULIO MARIANO KERSUL DE CARVALHO<sup>1</sup>, Coordenação Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde, Secretaria de Atenção Primária em Saúde, Ministério da Saúde, Brasília, DF, Brasil. [orcid.org/0000-0002-5437-3713](https://orcid.org/0000-0002-5437-3713)

E-mail: [julio.kersul@saude.gov.br](mailto:julio.kersul@saude.gov.br)

LUCAS JUNQUEIRA DE FREITAS MOREL<sup>2</sup>, Núcleo de Fitoterapia da Coordenação Geral de Assistência Farmacêutica Básica, Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos em Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde, Ministério da Saúde, Brasília, DF, Brasil. [orcid.org/0000-0002-1994-3231](https://orcid.org/0000-0002-1994-3231)

E-mail: [lucas.morel@saude.gov.br](mailto:lucas.morel@saude.gov.br)

DANIEL CÉSAR NUNES CARDOSO<sup>2</sup>, Núcleo de Fitoterapia da Coordenação Geral de Assistência Farmacêutica Básica, Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos em Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde, Ministério da Saúde, Brasília, DF, Brasil. [orcid.org/0000-0002-2807-5878](https://orcid.org/0000-0002-2807-5878)

E-mail: [daniel.nunes@saude.gov.br](mailto:daniel.nunes@saude.gov.br)

BENILSON BELOTI BARRETO<sup>2</sup>, Núcleo de Fitoterapia da Coordenação Geral de Assistência Farmacêutica Básica, Departamento de Assistência Farmacêutica e

**EVIDÊNCIAS CIENTÍFICAS EM MEDICINAS TRADICIONAIS, PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAÚDE: INVESTIMENTO EM PESQUISA E PERSPECTIVAS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE DO BRASIL.**

Insumos Estratégicos em Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde, Ministério da Saúde, Brasília, DF, Brasil. [orcid.org/0000-0002-2744-431X](https://orcid.org/0000-0002-2744-431X)

E-mail: [benilson.barreto@saude.gov.br](mailto:benilson.barreto@saude.gov.br)

MARIANA BERTOL LEAL<sup>3</sup>, Coordenação-geral de Provisão de Profissionais para Atenção Primária, Secretaria de Atenção Primária em Saúde, Ministério da Saúde, Brasília, DF, Brasil. [orcid.org/0000-0002-1453-6100](https://orcid.org/0000-0002-1453-6100)

E-mail: [mariana.leal@saude.gov.br](mailto:mariana.leal@saude.gov.br)

RICARDO MONEZI JULIÃO DE OLIVEIRA<sup>1</sup>, Coordenação Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde, Secretaria de Atenção Primária em Saúde, Ministério da Saúde, Brasília, DF, Brasil. [orcid.org/0000-0002-7201-5100](https://orcid.org/0000-0002-7201-5100)

E-mail: [ricardomonezi@gmail.com](mailto:ricardomonezi@gmail.com)

CHRISTIANE SANTOS MATOS<sup>1</sup>, Coordenação Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde, Secretaria de Atenção Primária em Saúde, Ministério da Saúde, Brasília, DF, Brasil. [orcid.org/0000-0003-0974-8237](https://orcid.org/0000-0003-0974-8237)

**AUTOR CORRESPONDENTE**

Christiane Santos Matos

Endereço: Anexo do Ministério da Saúde – Esplanada dos Ministérios, Bloco G, Edifício Anexo, Ala B, 4º Andar. Brasília, Distrito Federal. CEP: 70.058-900

Telefone: (61) 3315-9034

E-mail: [christiane.matos@saude.gov.br](mailto:christiane.matos@saude.gov.br); [csmatos@ymail.com](mailto:csmatos@ymail.com)

DOI [10.5281/zenodo.6946197](https://doi.org/10.5281/zenodo.6946197)

## RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo sistematizar informações a respeito das pesquisas científicas financiadas pelo Ministério da Saúde (MS) do Brasil sobre a temática de Medicinas Tradicionais, Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (MT-PICS). Trata-se de um estudo descritivo no qual foram avaliados os dados disponíveis no Portal “Pesquisa Saúde” e arquivos internos do Ministério da Saúde, no período de 2002 a 2020. Identificou-se um total de 214 projetos financiados pelo MS, dos quais 78,5% abordaram a temática de plantas medicinais e fitoterápicos, com maior número de projetos financiados na região Nordeste por meio de duas chamadas públicas lançadas em 2013 e 2018, respectivamente. Conclui-se que as ações governamentais no âmbito do MS direcionadas ao fomento à pesquisa em MT-PICS tem contribuído para o avanço na consolidação das evidências científicas. Novos chamamentos públicos, a fim de que sejam fortalecidas e ampliadas as iniciativas de investimento em pesquisas científicas, são necessários.

**PALAVRAS-CHAVE:** Medicina Tradicional; Práticas Integrativas e Complementares; Avaliação da Pesquisa em Saúde; Gestão da Informação em Saúde; Política Baseada em Evidências; Medicamentos Fitoterápicos.

## ABSTRACT

This study aimed to systematize information about scientific research funded by the Ministry of Health (MS) of Brazil on the subject of Traditional Medicines, Integrative and Complementary Practices in Health (MT-PICS). This is a descriptive study in which the data available on the “Pesquisa Saúde” Portal and internal files of the Ministry of Health were evaluated, from 2002 to 2020. A total of 214 projects funded by the MS were identified, of which 78.5% addressed the topic of medicinal plants and herbal medicines, with the highest number of projects financed in the Northeast region through two public calls launched in 2013 and 2018, respectively. It is concluded that government actions within the MS aimed at promoting research in MT-PICS have contributed to the advancement in the consolidation of scientific evidence. New public calls, in order to strengthen and expand investment initiatives in

scientific research, are necessary.

**KEYWORDS:** Traditional Medicine; Integrative and Complementary Practices; Health Research Assessment; Health Information Management; Evidence-Based Policy; Herbal Medicines.

## **INTRODUÇÃO**

As Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) foram oficializadas no Sistema Único de Saúde (SUS) no ano de 2006 por meio da publicação da Portaria nº 971, de 03 de maio de 2006 (BRASIL, 2006a), que aprovou a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS- PNPIC (BRASIL, 2005; BRASIL 2015; BRASIL 2017; BRASIL 2018). Alinhada à Estratégia Global da Organização Mundial da Saúde para o período de 2014-2023 (WHO, 2013), a PNPIC tem como objetivo ampliar a oferta de PICS no SUS com qualidade, eficácia, eficiência e segurança no uso. A perspectiva é a prevenção de agravos e promoção e recuperação da saúde, com ênfase no cuidado continuado, humanizado e integral (BRASIL, 2006b). A PNPIC foi fruto de esforços de diferentes atores sociais que alinharam

estudos científicos, amplos acordos em reuniões deliberativas e ações de movimentos sociais em espaços de debate importantes como a 8ª Conferência Nacional de Saúde de 1986 (TELESI, 2016). Ao longo desses anos, houveram diversas pactuações com a Comissão Intergestores Tripartite e com o Conselho Nacional de Saúde para os avanços na implementação de práticas enquanto Política Pública do SUS (BRASIL, 2006b). Ainda em 2006, o Ministério da Saúde lançou também a Política Nacional e Programa de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF), que tem como objetivo geral garantir à população brasileira o acesso seguro e o uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos (BRASIL 2006b; BRASIL 2006c).

A implantação de uma Política que incluía no SUS algumas das PICS reforçou o protagonismo das práticas já aplicadas no âmbito do cuidado, de acordo com o saber popular, com o objetivo final de contribuir para a coletividade, visando propiciar melhores condições de bem-estar físico, mental e social, trabalhando o amplo conceito de saúde e não apenas a ausência ou o tratamento de doenças (TELESI, 2016).

Segundo Habimorad (2020, pg. 396):

*“As Práticas Integrativas e Complementares, por privilegiarem a atividade terapêutica e se basearem em teorias voltadas para os aspectos ambientais e comportamentais do processo saúde-doença, caracterizam-se como estratégias potencialmente interessantes para o enfrentamento dos novos desafios na atenção à saúde”.*

Após 15 anos de implantação da PNPIC e da PNPMF, para que possam ser feitas avaliações destas Políticas Públicas bem como propostas para seu fortalecimento e expansão, é interessante buscar conhecimentos e evidências científicas referente as práticas existentes no SUS. Considerando a Política de incentivo para as pesquisas no MS, e a pesquisa científica como um instrumento importante para subsidiar as tomadas de decisão em gestão baseadas em evidências, buscou-se identificar especificamente as pesquisas fomentadas pelo Ministério da Saúde (MS) no escopo destas Políticas.

O objetivo do presente estudo foi sistematizar informações a respeito das pesquisas científicas financiadas pelo Ministério da Saúde (MS) do Brasil sobre a temática de Medicinas Tradicionais, Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (MT-PICS) no período de 2002 a 2020.

## MÉTODOS

Trata-se de estudo descritivo, de natureza exploratória e abordagem quantitativa, que utilizou os dados disponíveis no Portal “Pesquisa Saúde”, gerenciado pelo Departamento de Ciência e Tecnologia da Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde do Ministério da Saúde (Decit/SCTIE/MS). Para além disso, empregou-se esforços na busca por outras bases e/ou dados sobre estudos financiados pelo MS em PICS e que eventualmente poderiam não estar contemplados no Portal “Pesquisa Saúde”. Considerou-se como recorte temporal os anos de 2002 a 2020, período no qual há disponibilidade de visualização dos dados no referido Portal.

Para sistematizar os dados dos

estudos financiados pelas demais áreas técnicas do MS, foi realizado um levantamento com áreas técnicas da Secretaria de Atenção Primária à Saúde (SAPS), da Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde (SCTIE) e da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS). A SVS por meio da Coordenação Geral de Desenvolvimento da Epidemiologia em Serviço/Departamento de Articulação Estratégica da Vigilância em Saúde (CGDEP/DAEVS/SVS/MS) informou que não contratou pesquisas em PICS no período estudado, assim como a SAPS/MS. A Coordenação Geral de Fomento à Pesquisa do Departamento de Ciência e Tecnologia (CGFP/DECIT/SCTIE/MS) informou que os dados sobre as pesquisas financiadas pela SCTIE encontram-se disponíveis para acesso público no Portal “Pesquisa Saúde”.

Para a consulta dos estudos fomentados pela SCTIE/MS na base de dados do Pesquisa Saúde, foram considerados como critérios de elegibilidade os estudos financiados pelo MS que continham um dos seguintes descritores relacionados às 29 PICS

incluídas na PNPIC: Acupuntura, Arteterapia, Apiterapia, Aromaterapia, Ayurveda, Bioenergética, Biodança, Crenoterapia, Constelação Familiar, Cromoterapia, Dança Circular, Fitoterápicos (\*Fitoterapia), Geoterapia, Hipnoterapia, Homeopatia, Imposição de Mãos, Meditação, Medicina Antroposófica, Medicina Tradicional Chinesa, Musicoterapia, Naturopatia, Osteopatia, Ozonioterapia, Quiropraxia, Reflexoterapia, Reiki, Shantala, Terapia Comunitária Integrativa, Terapia de Florais, Termalismo Social, Yoga, PICS, Práticas Integrativas e Complementares, Plantas Medicinais (\*Ervas Medicinais, \*Relação Nacional de Plantas Medicinais). A busca da produção científica foi realizada no Portal “Pesquisa Saúde” do DECIT/SCTIE/MS (\*Descritores sinônimos no DECS - Descritores em Ciência da Saúde).

Os critérios de exclusão considerados foram: pesquisas que apesar de conter os descritores não tinham como objetivo as PICS da PNPIC.

A busca e sistematização de dados foi realizada no período de maio a agosto de 2021. Os dados foram tabulados no Microsoft Excel 2016 e organizados

pelos variáveis: tipo de fomento (Contratação direta, PPSUS e Fomento Nacional), chamadas públicas, região da instituição, PICS da PNPIC e ano de contratação da pesquisa. Foram calculadas as frequências absolutas e relativas.

Com relação aos aspectos éticos, por se tratar de dados secundários de livre acesso, não houve submissão para apreciação de Comitê de Ética em Pesquisa e os dados são de livre acesso no “Pesquisa Saúde” do site do Ministério da Saúde.

## RESULTADOS

**Tabela 1** – Pesquisas financiadas pelo DECIT/SCTIE/MS segundo a modalidade de fomento no período de 2002 a 2020.

Tipo de Contratação	Nº de pesquisas financiadas	% (N)	Valor (R\$)	% (\$)
Contratação direta	8	3,7	\$3.120.800,00	9,8
Fomento Nacional	62	29,0	\$19.482.219,02	61,0
PPSUS	144	67,3	\$9.318.071,65	29,2
<b>Total</b>	<b>214</b>	<b>100,0</b>	<b>\$31.921.090,67</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa Saúde/Ministério da Saúde - <http://pesquisasaude.saude.gov.br/pesquisas.xhtml>.

Ao longo do período estudado, as pesquisas em MT-PICS foram contempladas em 94 chamadas públicas para contratação de projetos. Destas, 76 foram do PPSUS e 18 do fomento nacional (sendo que dois destes foram

De 2002 a 2020 foram encontradas no Portal Saúde 223 pesquisas com os descritores buscados, destas 9 de fato não tinham como objeto as PICS da PNPIC. O presente estudo descreve as 214 pesquisas financiadas sobre a temática MT-PICS pelo Ministério da Saúde. O total investido foi de de R\$31.921.090,67. Além das chamadas públicas realizadas pelo fomento nacional (R\$19.482.219,02) e PPSUS (R\$9.318.071,65), oito projetos foram financiados por contratação direta com valor total de R\$ 3.120.800,00 (Tabela 1).

específicos para PICS), totalizando 204 projetos aprovados por editais, no valor de R\$ 28.800.290,67 (vinte e oito milhões, oitocentos mil, duzentos e noventa reais e sessenta e sete centavos). Com relação às chamadas públicas específicas de temáticas sobre as PICS: a

Chamada MCTI/CNPq/MS - SCTIE - Decit N° 07/2013 - Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS, teve 25 projetos aprovados, no valor total de R\$ 1.825.099,97, e a Chamada Pública CNPq/MS/SCTIE/DECIT n° 19/2018 sobre fitoterápicos, teve 10 projetos contratados no valor total de R\$

7.434.463,36. Nota-se que juntas, as 35 pesquisas contempladas nestas duas chamadas públicas somaram o valor de R\$ 9.259.563,33. As PICS também foram estudadas em outros 16 editais do fomento nacional não específicos para esta temática como: Rede Malária,

Neoplasias, Pesquisa Clínica, Avaliação de Tecnologias de Saúde, Avaliação Econômica e Análise de Custos, Assistência Farmacêutica, Saúde Mental, dentre outros (dados não apresentados em tabelas).

A tabela 2 apresenta a distribuição regional: a Região Nordeste contabilizou 44,4% (95/214) dos projetos aprovados no valor de R\$ 13.953.307,13 (treze milhões, novecentos e cinquenta e três mil, trezentos e sete reais e treze centavos) que foram distribuídos equanimente entre as instituições proponentes. As demais regiões do Brasil juntas tiveram 119 aprovações.

**Tabela 2** – Número de pesquisas sobre PICS contratadas pelo DECIT/SCTIE/MS por macrorregiões no Brasil no período de 2002 a 2020.

Região	Nº de pesquisas financiadas	% (n)	Valor (R\$)	% (\$)
NE	95	44,4	R\$ 13.953.307,13	43,8
SE	37	17,3	R\$ 9.404.070,50	29,5
S	37	17,3	R\$ 5.082.924,34	15,9
N	22	10,3	R\$ 1.893.548,71	5,9
CO	23	10,7	R\$ 1.587.239,99	4,8
<b>Total</b>	<b>214</b>	<b>100</b>	<b>R\$ 31.921.090,67</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa Saúde. Ministério da Saúde - <http://pesquisasaude.saude.gov.br/pesquisas.xhtml>.

fitoterapia foi a que concentrou o maior número de pesquisas aprovadas e financiadas totalizando 78,5% (168/214) dos projetos financiados. Entre as 29

práticas que fazem parte da Política Nacional, 22 delas não tiveram nenhuma pesquisa específica financiada pelo Ministério da Saúde (com dados

disponíveis para análise). Sendo estas: apiterapia, aromaterapia, arteterapia, ayurveda, biodança, bioenergética,

cromoterapia, constelação familiar, dança circular, geoterapia, hipnoterapia, imposição de mãos, musicoterapia, medicina tradicional chinesa, naturopatia, osteopatia, ozonioterapia, quiropraxia, reflexoterapia, shantala, terapia de florais e yoga.

**Tabela 3** – Número de projetos de pesquisas contratados pelo DECIT/SCTIE/MS por tipo de PICS no Brasil no período de 2002 a 2020.

PICS	N	%
Plantas medicinais – fitoterapia	167	78,0
Acupuntura	19	8,9
Outros	12	5,6
Apiterapia	5	2,3
Homeopatia	4	1,9
Medicina Antroposófica	3	1,4
Meditação	2	0,9
Terapia Comunitária Integrativa	1	0,5
Covid e PICS	1	0,5
<b>Total</b>	<b>214</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa Saúde. Ministério da Saúde - <http://pesquisasaude.saude.gov.br/pesquisas.xhtml>.

## DISCUSSÃO

Em 2002 a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002) apoiou o uso da Medicina Tradicional, Complementar e Integrativa nos sistemas de saúde nacionais, de forma integrada às técnicas da medicina ocidental moderna por meio da Estratégia sobre Medicina Tradicional 2002-2005, atualizada posteriormente para o período de 2014-2023 (WHO,

2013). Além das resoluções da OMS (WHO 2009, WHO 2014) que enfatizam a importância de políticas com ações baseadas em segurança, eficácia, qualidade, uso racional e acesso, o último relatório lançado por esta instituição relacionado à temática de MT-PICS (WHO, 2019), aponta a importância dos países membros desenvolverem normas, padrões e documentos técnicos baseados em informações e dados confiáveis. Este

direcionamento estimula a consolidação de condições favoráveis para dar suporte aos Estados-Membros na prestação de serviços de MT-PICS seguros, qualificados e eficazes, visando a

integração aos sistemas de saúde para alcançar a cobertura universal da saúde (TELESI, 2016; WHO, 2009; WHO,2014; WHO,2019) e o potencial das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas (OMS, 2015).

No âmbito do Ministério da Saúde do Brasil, para operacionalização do fomento em pesquisa, existem três modalidades possíveis: 1) Fomento Nacional, realizado por meio de chamadas públicas de ampla concorrência para pesquisadores de todo o país, geralmente com a cooperação técnica de uma instituição de apoio à pesquisa; 2) Fomento Descentralizado, operacionalizado por meio do PPSUS e envolve parcerias no âmbito federal e estadual, entre instâncias de saúde e de ciência e tecnologia; e 3) Contratação

Direta, por meio da contratação de projetos estratégicos ou de demandas das áreas técnicas do MS, os quais devem atender necessidades de saúde da população e/ou solucionar problemas do SUS (BRASIL, 2018c). As contratações dos projetos aprovados foram executadas através das três modalidades supracitadas.

Observa-se a transversalidade do tema PICS no âmbito do Ministério da Saúde uma vez que foram contratadas pesquisas em diferentes subagendas da Agenda Nacional de Prioridades em Pesquisa em Saúde (ANPPS).

O PPSUS foi a modalidade que mais fomentou pesquisas. A evolução do PPSUS, prestes a completar 20 anos, desponta a obtenção de aporte financeiro cada vez mais presente nas esferas federal e estadual, dado o crescente interesse pelo Programa por parte de pesquisadores, parceiros e instituições de pesquisa. Este Programa tem sido muito importante para o financiamento de pesquisa em saúde, com destaque para a ampliação do acesso aos recursos por instituições de pesquisa das regiões Norte e Nordeste nas quais observa-se, historicamente, um menor fluxo de recursos para Ciência e Tecnologia

(BRASIL, 2006d).

Os dados encontrados a respeito do número de pesquisas contratadas pelo Decit/SCTIE/MS, por macrorregiões no Brasil, corroboram esse destaque à região Nordeste, que teve o mais elevado aporte financeiro, superando as demais regiões, como Sul e Sudeste, regiões com maior volume de financiamentos científicos no geral. Tal fato, pode ter relação com aspectos culturais e regionais referentes ao uso das PICS como práticas de cuidado em cada região do país.

Em relação aos temas de pesquisa que foram aprovados, foi possível verificar uma incidência predominante de investigações referentes às plantas medicinais e fitoterápicos. A maior prevalência nesta temática pode ser explicada pelo interesse dos pesquisadores em uma área com grande diversidade botânica com potencialidades terapêuticas. A investigação de Produtos Naturais é uma linha de pesquisa clássica em cursos da área da Saúde em todo Brasil, principalmente na Região Nordeste, em que a população utiliza estes produtos tradicionais rotineiramente (PINTO, et al., 2002; SANT'ANA; ASSAD, 2004;

MAGALHÃES; BANDEIRA; MONTEIRO, 2020) .

Ainda considerando as pesquisas com plantas medicinais e fitoterápicos, existe uma grande discrepância entre o número de artigos científicos publicados e o número de produtos gerados. Uma análise publicada por Calixto (2005), referente ao número de trabalhos publicados com plantas medicinais no Brasil, em sete triênios entre 1984 e 2004, mostrou que em vinte anos o número de publicações nas principais revistas científicas da área aumentou 59,6 vezes. Embora o elevado volume de artigos, que provavelmente é muito maior atualmente, o número de fitoterápicos inovadores com plantas brasileiras registrados não acompanhou essa tendência. Tal fato demonstra dificuldade de direcionamento estratégico dos investimentos em pesquisas na área, principalmente considerando que as agências de fomento brasileiras em nível federal (CNPq/CAPES) ou estadual (Fundações de Amparo à Pesquisa) utilizam como métrica de investimentos o currículo científico dos pesquisadores envolvidos e registros de patentes que, em sua maioria, não geram produtos.

Tendo em vista a concentração de pesquisas direcionadas a apenas sete das 29 PICS reconhecidas na PNPIC, destaca-se a importância de ampliar o fomento e apoio para o aprofundamento das pesquisas desenvolvidas. Seria de grande interesse estratégico para o SUS financiar pesquisas científicas com as práticas que até o momento não foram financiadas.

É indiscutível o elevado nível de qualificação dos pesquisadores brasileiros e dos trabalhos desenvolvidos, entretanto, se faz necessário, mediante os dados encontrados pelo presente trabalho, prioridades de pesquisa em PICS para o SUS no sentido de identificar as necessidades de fomentar pesquisas que deem resultados concretos que beneficiem a população usuária das práticas integrativas no SUS. Desta forma, o direcionamento estratégico de recursos evitará pesquisas redundantes, contribuirá para a sistematização e geração de novas e relevantes evidências científicas, bem como a tradução do conhecimento científico para melhor aplicabilidade nas ações estratégicas das Políticas Públicas em questão.

Como exemplo da importância de

investimentos em pesquisas: a falta de evidências científicas impacta a possibilidade de exportação de fitoterápicos genuinamente brasileiros (exigida como critério de tomada de decisão em diversos países), que contribuiriam para geração de emprego e renda para o Brasil, a exemplo de outros países como Coreia, China, Índia e Japão (BOOKER; JOHNSTON; HEINRICH, 2012). O Instituto de Pesquisa Sul Coreano de Biociências e Biotecnologia, fornece aos pesquisadores extratos vegetais da biodiversidade local para a pesquisas sobre produtos alimentares e farmacêuticos. O país tem investido no desenvolvimento de fitoterápicos com indicações para neuropatia diabética, asma/DPOC, anticâncer, e outras indicações com foco nas exigências regulatórias do mercado internacional, como EUA e Europa (AHN, 2017).

No Brasil a SAPS/MS vem fortalecendo as iniciativas de fomento à produção de evidências científicas em parceria com o Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde/Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (BIREME/OPAS/OMS). Por meio desta

cooperação técnica foram produzidos e disponibilizados para consulta gratuita ao público em geral, 14 mapas de evidências científicas com o objetivo de apoiar gestores, profissionais de saúde e pesquisadores na elaboração de ações de saúde baseadas em evidências. Os mapas foram elaborados em um processo que envolve uma busca sistemática de documentos nas principais bases de dados, seleção dos estudos de acordo com os critérios de inclusão e subsequente sistematização (BVS-MTCI).

Conhecer o perfil de financiamento científico promove a elucidação das lacunas e iniquidades em pesquisa, tornando o processo de uso de pesquisas científicas, para pautar as ações de governo, mais eficiente e custo-efetivo. Com os resultados desta pesquisa, sugere-se que tais contratações passem pelo processo acima descrito, para que a ciência seja utilizada com clareza e objetividade para evoluir no bem-estar integral da população de forma equitativa (OLIVEIRA, et al., 2020).

Diante de tais informações apresentadas, é necessária uma base factível de investimento de pesquisas em

PICS para que se possa vislumbrar um número maior de pesquisas contratadas em âmbito nacional e incentivar pesquisa sobre as PICS que ainda dispõem de poucas evidências científicas sistematizadas. Entende-se como estratégia de fundamental importância o empreendimento de esforços para a priorização de pesquisas em MT-PICS de interesse do MS, na qual possam ser elencadas as temáticas prioritárias com a participação de pesquisadores, de demais áreas técnicas transversais as PICS de outras Secretarias do MS e sociedade civil. Nesse sentido, recomenda-se uma nova chamada pública de fomento à pesquisa científica, com clara definição de avaliação, financiamento, direitos e deveres de ambas as partes além de seleção equitativa por PICS e regiões geográficas. Este último item, além de promover a equidade científica, é fundamental para avaliar as principais lacunas do conhecimento científico e as temáticas de interesse estratégico do MS relacionadas às PICS. Com rigor metodológico, tanto na seleção, quanto na execução e monitoramento das pesquisas, será possível uma visão abrangente das evidências científicas que irão fortalecer ou mesmo redimensionar

as PICS oferecidas no SUS.

Entre as limitações deste estudo destacamos que alguma pesquisa pode ter sido financiada pelo MS no período estudado, entretanto, os dados podem não ter sido sistematizados e disponibilizados.

## CONCLUSÃO

A PNPIC e a PNPMF configuram estratégias de gestão de grande relevância no âmbito da Atenção Primária em Saúde no SUS, cumprindo em instância superior a função de promover a saúde, em alinhamento com a Constituição Federal (BRASIL, 1988;

## REFERÊNCIAS

AHN, K. The worldwide trend of using botanical drugs and strategies for developing global drugs. **BMB Reports online 2017**; 50(3): 111-16. Available from:

<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5422022/>

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria Nº 971, de 03 de maio de 2006. Aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde. [Internet] **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 04 mai. 2006a. Seção 1, p. 29. 2006a. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt0971\\_03\\_05\\_2006.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt0971_03_05_2006.html)

BRASIL, 1990). Mediante o cenário apresentado e considerando a necessidade de gerar evidências científicas robustas na área de saúde integrativa para direcionar as tomadas de decisões da gestão destas Políticas Públicas (BRASIL, 2008), este trabalho tem como propósito estimular a continuidade de iniciativas de fomento à pesquisa, a nível governamental, em especial novas chamadas públicas para esta temática, contribuindo assim para sistematização do conhecimento científico e fortalecimento das evidências científicas na área das Medicinas Tradicionais, Práticas Complementares e Integrativas.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Medicina Natural e Práticas Complementares. Brasília, DF, 2005.

Disponível em:

<https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/ResumoExecutivoMedNatPratCompl1402052.pdf>

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política nacional de práticas integrativas e complementares no SUS: atitude de ampliação de acesso / Ministério da Saúde. 2ª ed., Brasília: Ministério da Saúde, 2015. 96 p: il. ISBN 978-85-334-2146-2. [Internet]. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publica>

[coes/politica\\_nacional\\_praticas\\_integrativas\\_complementares\\_2ed.pdf](#).

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 849, de 27 de março de 2017. Inclui a Arteterapia, Ayurveda, Biodança, Dança Circular, Meditação, Musicoterapia, Naturopatia, Osteopatia, Quiropraxia, Reflexoterapia, Reiki, Shantala, Terapia Comunitária Integrativa e Yoga à Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudel/egis/gm/2017/prt0849\\_28\\_03\\_2017.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudel/egis/gm/2017/prt0849_28_03_2017.html)

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 702, de 21 de março de 2018a. Altera a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para incluir novas práticas na Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares - PNPIC. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudel/egis/gm/2018/prt0702\\_22\\_03\\_2018.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudel/egis/gm/2018/prt0702_22_03_2018.html)

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica. Política nacional de plantas medicinais e fitoterápicos / Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Assistência Farmacêutica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2006b. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_fitoterapicos.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_fitoterapicos.pdf)

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de

Ciência e Tecnologia em Saúde. Balanço de Gestão 2018 – Departamento de Ciência e Tecnologia em Saúde (Decit/SCTIE/MS). Brasília: Ministério da Saúde, 2018c. Disponível em: <https://antigo.saude.gov.br/sctie/boletim-decit-em-acao/44859-nucleo-operacional-de-projetos-nop-balanco-de-gestao-2018>

BRASIL. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. Diretrizes Técnicas do Programa de Pesquisa para o SUS: gestão Compartilhada em Saúde -. 2006d;1–83. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/DIRETRIZES\\_FINAL.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/DIRETRIZES_FINAL.pdf)

BRASIL. Presidência da República. Decreto no 5.813, de 22 de junho de 2006. Aprova a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 jun. 2006. p. 2. 2006c. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2006/decreto/d5813.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/decreto/d5813.htm).

BRASIL. Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível

em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080.htm)

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. Política nacional de ciência, tecnologia e inovação em saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Ciência e Tecnologia – 2. ed.– Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008. 44 p. – (Série B. Textos Básicos em Saúde) ISBN 85-334-1241-X. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/Politica\\_Portugues.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/Politica_Portugues.pdf)

BOOKER A, JOHNSTON D, HEINRICH M. Value chains of herbal medicines – Research needs and key challenges in the context of ethnopharmacology. *Journal of Ethnopharmacology* 2012; 140: 624-33. Available from: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0378874112000529>

CALIXTO JB. Twenty-five years of research on medicinal plants in Latin America: a personal view. *Journal of Ethnopharmacology* 2005;100(1-2):131-34. Available from: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0378874105003612?via%3Dihub>

HABIMORAD PHL, CATARUCCI FM, BRUNO VHT, DA SILVA IB, FERNANDES VC, DEMARZO MMP, et al. Implementation of Brazil's national policy on complementary and integrative practices: Strengths and weaknesses. *Ciência e Saúde Coletiva* 2020;25(2):395–405. Available from:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/5GhvcX3KrXxFS5LqsFhpbVP/?format=html&lang=en>

MAGALHÃES KN, BANDEIRA MAM, MONTEIRO KP. Plantas medicinais da caatinga do Nordeste brasileiro - Etnofarmacopeia do Professor Francisco José de Abreu Matos. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2020. Disponível em: [http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/54867/1/2020\\_liv\\_knmagalhaes.pdf](http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/54867/1/2020_liv_knmagalhaes.pdf)

OLIVEIRA SMVL, BENTO AL, VALDES G, OLIVEIRA STP, SOUZA AS, BARRETO JOM. Institucionalização das políticas informadas por evidências no Brasil. *Rev Panam Salud Publica*. 2020;44:e165. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/53138>

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/>

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. Biblioteca Virtual em Saúde em Medicinas Tradicionais, Complementares e Integrativas. Mapas de Evidências [internet]. Página 7 de 8. Disponível em: <http://mtci.bvsalud.org/pt/mapas-de-evidencia-2/>

PINTO AC, SILVA DHS, BOLZANI VS, LOPES NP, EPIFANIO RA. Produtos Naturais: atualidade, desafios e perspectivas. *Química Nova* 2002; 25 (supl. 1):45-61. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/qn/a/svZbbwdj9zcn7jjk8YdW7rL/?lang=pt&format=pdf>

SANT'ANA PJP, ASSAD, ALD.  
Programa de Pesquisas em Produtos Naturais: a experiência da CEME. Química Nova 2004; 27(3): 508-12. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/qn/a/nbCwNVM/SXRvhYHffKkxjjJt/?lang=pt&format=pdf>

TELESI Júnior E. Práticas integrativas e complementares em saúde, uma nova eficácia para o SUS. Estudos Avançados 2016; 30(86):99–112. Available from:  
<http://www.scielo.br/j/ea/a/gRhPHsV58g3RrGgJYHJQVTn/abstract/?lang=pt>

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Programme on Traditional Medicine. (2002). Estrategía de la OMS sobre medicina tradicional 2002-2005. 2002. Available from:  
[http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/67314/WHO\\_EDM\\_TRM\\_2002\\_1\\_spa.pdf;jsessionid=FE73D11D0798FC8DCD6AFA99EF1AAEE4?sequence=1](http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/67314/WHO_EDM_TRM_2002_1_spa.pdf;jsessionid=FE73D11D0798FC8DCD6AFA99EF1AAEE4?sequence=1)

WORLD HEALTH ORGANIZATION.

WHO global report on traditional and complementary medicine 2019. World Health Organization. 2019. Available from:  
<https://apps.who.int/iris/handle/10665/312342>.

Sixty-second world health assembly. (2009). WHA62.13 (2009) Traditional medicine. 2009. Available from:  
[https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf\\_files/A62/A62\\_R13-en.pdf?ua=1](https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/A62/A62_R13-en.pdf?ua=1)

WORLD HEALTH ORGANIZATION. WHO traditional medicine strategy: WHO. World Health Organization. 2013. Available from:  
<https://apps.who.int/iris/handle/10665/92455>

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Sixty-seventh world health assembly. WHO Resolution on Traditional medicine. 2014. Available from:  
[https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf\\_files/WHA67/A67\\_R18-en.pdf?ua=1](https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA67/A67_R18-en.pdf?ua=1)

WORLD HEALTH ORGANIZATION.